



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO**

Estado de São Paulo

Praça da Bandeira, 600 – CEP:- 17.720-000 – Tel:- (018) 3557-1192

CNPJ 46.477.618/0001-48

## **= LEI NÚMERO 1.179, DE 06 DE AGOSTO DE 2.020 =**

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial para o exercício de 2020”.

**Ailson José de Almeida**, Prefeito do Município de Salmourão, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Salmourão aprovou e ele Sanciona e Promulga a seguinte Lei;

**Artigo 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, Créditos Adicional Especial, no valor **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, durante o exercício de 2020, objetivando a inclusão de credito orçamentário destinado ao cobrir despesas com recurso do governo Estadual – Compra de Equipamento Banda marcial.

**02.04.04.27.812.0007.2018 –MANUTENÇÃO DA CULTURA**  
**4.4.90.52 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.....R\$50.000,00**

**Artigo 2º** - O recurso para cobertura do crédito adicional especial constante no artigo 1º será usado o decorrente de anulação da dotação orçamentaria abaixo, conforme artigo 43, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320/64 .

**02.04.07.12.365.0005.1003. CONSTR/AMPL/REFORM. PRÉDIO ENSINO**  
**4.4.90.51-254-OBRA E INSTALAÇÕES.....R\$25.0000,00**

**02.04.03-12.306.0006.2016 MANUTENÇÃO DO PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**  
**3.3.90.30-212-MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 25.000,00**

**Parágrafo Único** - A inclusão e alteração nas despesas acima ficam convalidadas e inseridas no plano plurianual do presente quadriênio e na lei de diretrizes Orçamentarias do exercício atual

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salmourão, 06 de Agosto de 2.020.

**= AILSON JOSÉ DE ALMEIDA =**  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada por afixação, na sede da Prefeitura Municipal de Salmourão, nos termos do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal.

**= ÉDIS GABAU =**  
Secretário da Administração

**Aprovada pelo Autógrafo Legislativo nº 14, de 06 de Agosto de 2.020.**